

## **A prática docente:** as temáticas de gênero e sexualidade na cultura nordestina

**Melo Silva, Diana**  
(CEDDU)  
(dianamelos.97@gmail.com)  
**Lopes Silva, Gleide**  
(CEMEI)  
(glopes.s@hotmail.com)

### **1 INTRODUÇÃO**

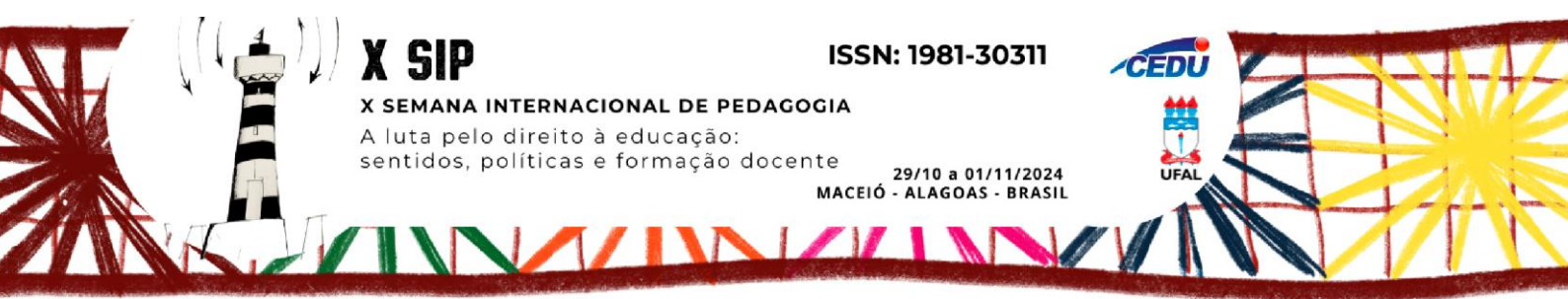
As discussões de gênero e sexualidade atraem diferentes olhares: conservadores, religiosos e os que militam e prezam por desconstruções de preceitos.

Os olhares religiosos e conservadores podem, a depender da posição político ideológica assumida, fomentar discursos misóginos, machistas, sexistas, e práticas discriminatórias atribuídas aos conceitos de gênero e sexualidade, os quais ainda são fortemente propagados.

Atribuições negativas ao gênero e à sexualidade têm raízes históricas e culturais, especialmente no âmbito das instituições cristãs, construídas ao longo dos últimos dois milênios sobre o solo do patriarcado e, portanto, sob o poder masculino.

Tais atribuições culturais e históricas, impossibilitam o referido trabalho das temáticas no meio educacional, pois sabemos que as convicções e vivência de professoras e professores impactam na sua prática docente.

E é com base nessas relações culturais e sociais que buscamos analisar a presença das temáticas de gênero e sexualidade na formação de professores (as), embasando-se também na cultura popular nordestina e seus conceitos do feminino e masculino (Albuquerque, 2013).



## **2 OBJETIVOS**

Tivemos como principal objetivo analisar o lugar das temáticas de gênero e sexualidade nas resoluções referente a formação continuada de professores e professoras, e ao mesmo, analisar o contexto histórico do homem e da mulher no Sertão nordestino.

## **3 METODOLOGIA**

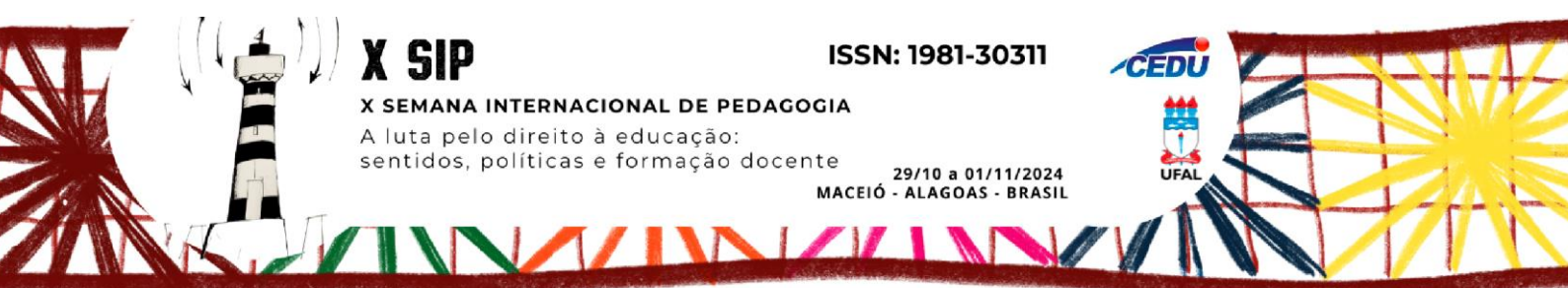
É com base nessa cultura de tipificar os indivíduos como afeminados e masculinizados que acontecem e se silenciam casos de preconceitos, atitudes discriminatórias, exclusão, violências e abusos sexuais.

Para isso foram utilizadas como fontes documentais as resoluções referidas à formação de professores e as produções teóricas, dos campos da Educação e da Historiografia.

Logo, utilizaremos os métodos de —Análise do Conteúdo (Bardin, 2016) para compreender os sentidos das palavras gênero e sexualidade presentes no conteúdo dos documentos oficiais relacionados à Educação.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao longo das análises, percebemos que as temáticas de gênero e sexualidade se encontram silenciadas. Tal silenciamento impacta na prática docente, pois pode ocorrer situações corriqueiras com os alunos, na qual, professores e professoras carecem de conhecimentos e informações sobre os temas supracitados para solucionar dúvidas persistentes e determinados tipos de preconceito e violências.



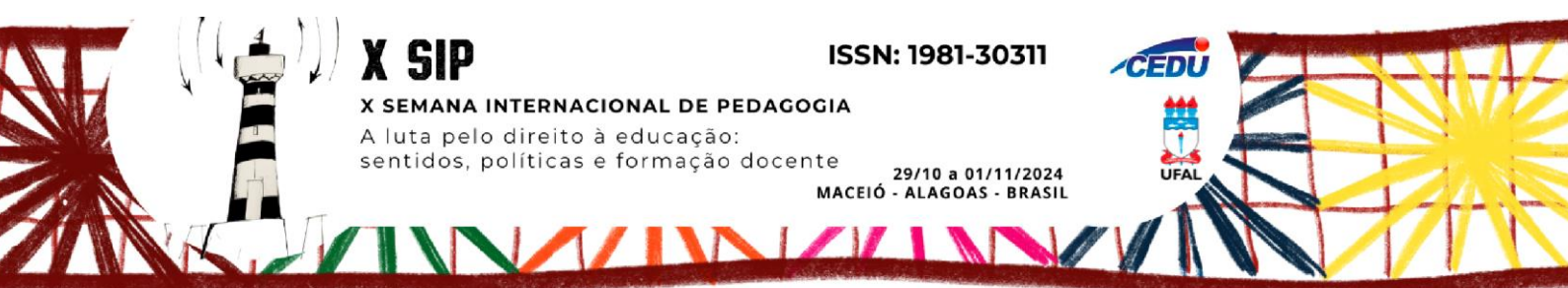
Também foi percebido que no Sertão nordestino se presa muito a imagem do homem másculo, bruto e destemido e que a feminilidade seria sinônimo de fraqueza, caso imposta sobre essa figura masculina. Mas, a masculinidade tanto no homem, quanto na mulher, é vista sem tabu, quando relacionada ao exercício do trabalho, do indivíduo que não mede esforços para cumprir suas atividades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta dessas temáticas na formação de professores e professoras também implica na culpa sentida por mulheres hétero e cisgênero e pessoas LGBTQIAPN+ que são abusadas sexualmente, pois dificilmente procuram ajuda, justamente por vivenciarem violências naturalizadas (Bergo, 2019). A sociedade cobra comportamentos submissos das mulheres e invisibilidade às pessoas LGBTQIAPN+, mas elas podem driblar esse controle, quando a elas é dado autonomia e conhecimento. Para Lima (2020, p. 28):

Dessa forma, trabalhar com os(as) alunos(as) essas estratégias femininas via análise das fontes constitui-se uma ação educativa, sobretudo porque possibilita que apreendam que esses discursos em favor da normatização do comportamento das mulheres já existiam em outros períodos históricos e que a resistência também se fez e se faz presente até hoje. Essa resistência permite remetê-los à própria noção da ação humana no tempo e pode vir a fortalecer o protagonismo juvenil, pois mostra que é possível mudar a sociedade em que vivemos por meio das nossas ações, individuais ou coletivas.

Percebemos que na cultura nordestina, quando os sujeitos masculinos fogem das normas do corpo hétero, sendo este para a cultura nordestina um sujeito másculo, bruto, sem vaidades e delicadezas, e apresenta características femininas, são tipificados como —afeminados. Já as mulheres, quando se distanciam das normas e aderem a comportamentos masculinos, são chamadas de mulheres-machos, também tipificadas como —masculinizadas. O que podemos analisar do município de Senador Rui Palmeira é que há uma cultura enraizada nessas tipificações dos sujeitos que poderia ser investigada pelo ensino de História ao se trabalhar o sujeito —macho em



relação com a feminilidade e a masculinidade do sujeito nordestino, a sobrecarga das mulheres do campo chamadas de —mulher-macho, a orientação sexual, o cotidiano e o reflexo do mesmo atrelado à história local desses sujeitos e seus costumes.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino: invenção “falo”** – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2.ª ed. São Paulo, Editora: Intermeios, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

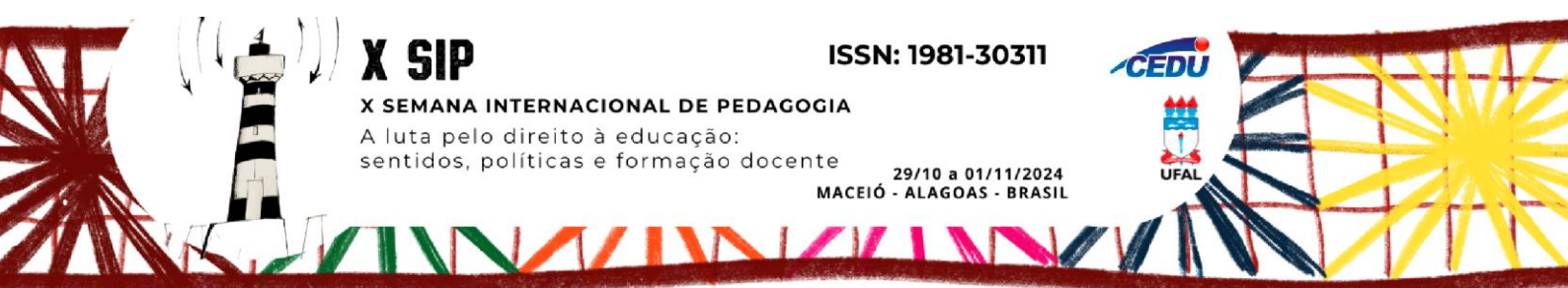
BRASIL. **Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997**. Dispõe sobre os programas de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificossingulares/secretaria-de-educacao-profissional/legislacao-e-atos-normativos-1/resolucoes-docne>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA). Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371cne-conselho-nacional-de-educacao/90831-resolucoes-cp-2021>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, DF.



**X SIP**

ISSN: 1981-30311

X SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A luta pelo direito à educação:  
sentidos, políticas e formação docente

29/10 a 01/11/2024  
MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL



Ministério da Educação. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=164841rcp001-20&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 jul. 2022.